



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

**SGCE**

Secretaria Geral de  
Controle Externo

Acompanhamento  
da Receita

**2025**

**RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA**

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PROCESSO: 03906/25**

**RELATOR: EDILSON DE SOUSA SILVA**

PROCESSO Nº	03906/25-TCE-RO
JURISDICIONADO:	Governo do Estado de Rondônia
SUBCATEGORIA:	Acompanhamento da Receita Estadual
ASSUNTO:	Acompanhamento da arrecadação da receita estadual realizada no mês de <b>outubro</b> de <b>2025</b> e apuração do montante dos <b>repasses duodecimais</b> a serem efetuados até o dia <b>20 de novembro de 2025</b> , destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.
RESPONSÁVEIS:	<b>Marcos José Rocha dos Santos</b> – Governador do Estado de Rondônia  <b>José Abrantes Alves de Aquino</b> – Contador Geral do Estado de Rondônia  <b>Luís Fernando Pereira da Silva</b> – Secretário de Finanças do Estado de Rondônia
RELATOR:	Conselheiro Edilson de Sousa Silva

## 1 INTRODUÇÃO

Trata-se do acompanhamento da receita estadual arrecadada no mês de outubro de 2025 e apuração do montante dos repasses duodecimais a serem efetuados até o dia 20 de novembro de 2025, destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, em cumprimento às disposições constitucionais e legais.

2. Em conformidade com o art. 7º, §2º, da Lei n. 5.832/2024 (LDO 2025) e o art. 1º da Instrução Normativa n. 48/2016/TCE-RO, o Poder Executivo, por meio do Ofício n. 5689/2025/COGES-CCB (ID 1852295) da Contabilidade Geral do Estado (COGES), informou ao Tribunal de Contas, em 07/11/2025, o montante da receita realizada no mês de outubro de 2025, conforme Documento PCe n. 07363/25. Além disso, a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia (SEFIN) encaminhou o Ofício n. 10640/2025/SEFIN-ASTEC (ID 1852988), atendendo à exigência documental prevista no art. 8º da Instrução Normativa n. 13/2004/TCE-RO.

3. O objetivo do presente relatório consiste em apurar os valores dos repasses duodecimais a serem efetuados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública, com base nas informações sobre arrecadação de recursos ordinários (Fonte/Destinação 1500 e 1501), encaminhadas pela Contabilidade Geral do Estado, referente ao período de 1º a 31 de outubro de 2025.

4. As informações apresentadas por meio do demonstrativo do montante da receita realizada especificado pela Fonte/Destinação – recursos ordinários, acompanhado dos documentos comprobatórios, está em consonância com o disposto no art. 7º, §2º, da LDO 2025<sup>1</sup>, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN.

5. O demonstrativo encaminhado<sup>2</sup> evidencia a **arrecadação**, do mês de **outubro**, no montante de **R\$ 872.306.241,91** (oitocentos e setenta e dois milhões, trezentos e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos).

### 1.1. Critérios e metodologia

6. A Constituição Estadual, em consonância com um dos princípios fundamentais da República, a independência e harmonia dos poderes, estabelece autonomia administrativa e financeira aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública, denominados órgãos autônomos em razão de suas singularidades.

7. Neste sentido, a lei de diretrizes orçamentárias regente do exercício de 2025<sup>3</sup>, Lei n. 5.832 de 16 de julho de 2024, estabelece no art. 7º que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,

<sup>1</sup> Lei n. 5.832, de 16 de julho de 2024.

<sup>2</sup> Por meio do Ofício n. 5689/2025/COGES-CCB - receita realizada no mês de outubro de 2025, conforme Documento PCe n. 07363/25 - ID 1852295.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.sepog.ro.gov.br/Conteudos/5963/lei-de-diretrizes-or%C3%A7ament%C3%A1rias-de-16-julho-de-2024>>. Acesso em 10/11/2025.

o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado, elaborarão suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, tendo como parâmetro para a fixação das despesas na Fonte/Destinação 500<sup>4</sup> – Recursos Ordinários e 501<sup>5</sup> – Outros Recursos não Vinculados, o valor referente ao seu percentual de participação sobre a receita da mesma fonte estimada para o exercício de 2025.

8. Desse modo, os percentuais estabelecidos no §2º do art. 7º da LDO 2025 foram os seguintes:

- I – Para a Assembleia Legislativa: 4,77% (quatro inteiros e setenta e sete centésimos por cento);
- II – Para o Poder Executivo: 74,95% (setenta e quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento);
- III – Para o Poder Judiciário: 11,29% (onze inteiros e vinte e nove centésimos por cento);
- IV – Para o Ministério Público: 4,98% (quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento);
- V – Para o Tribunal de Contas: 2,54% (dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento); e
- VI – Para a Defensoria Pública: 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento).

9. Em relação à receita realizada por Fonte, observa-se que a metodologia preconizada pela LDO para distribuição de recursos, está em consonância com os conceitos de classificação orçamentária por fonte/destinações de recursos, constante no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. As fontes/destinações de recursos reúnem certas Naturezas de Receita conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes/destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

10. Esse mecanismo, por fonte/destinação, é obrigatório por força do disposto no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 101/2000:

**Art. 8º [...]**

**Parágrafo único**

Os recursos **legalmente** vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 50.** Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

**I** – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada; (grifo nosso).

<sup>4</sup> Atual fonte 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

<sup>5</sup> Atual fonte 1501 – Outros Recursos não Vinculados.

11. Consoante ao disposto no MCASP, a destinação ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos para atender a quaisquer finalidades. De outro modo, a criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos.

## **1.2. Tipo de Asseguração**

12. Com o objetivo de obter segurança, ainda que limitada, sobre a confiabilidade e a integralidade das informações referentes à arrecadação da receita dos recursos não vinculados (base de cálculo para apuração dos duodécimos), foram executados procedimentos de revisão analítica e exame de evidências da execução de atividades de reconciliação bancária.

13. Assim, mediante o exame da documentação comprobatória carreada nos autos e aplicação de procedimentos analíticos sobre o demonstrativo contábil encaminhado, busca-se assegurar, de forma limitada, que o demonstrativo apresentado representa adequadamente os valores arrecadados no período de referência.

14. Destaca-se que os procedimentos executados se basearam na compreensão dos aspectos relativos ao processo de contabilização da receita orçamentária, de acordo com a classificação por fonte/destinação de recursos, consideração sobre riscos de existência de distorções relevantes e análises dos registros contábeis.

## **2 DA ANÁLISE TÉCNICA DA RECEITA**

15. Compulsando-se os autos, verifica-se que a SEFIN e a COGES apresentaram os documentos para comprovação dos valores - registros contábeis da arrecadação, extratos bancários, conciliações contábeis e notas explicativas (Documentos PCe n. 07402/25 e n. 07363/25). Assim, os procedimentos a serem observados na análise técnica compreendem as seguintes etapas:

- a) Exame dos documentos comprobatórios encaminhados pela SEFIN-RO e COGES/RO – Documentos PCe n. 07402/25 e n. 07363/25, os quais compõem estes autos, quais sejam: Ofício n. 10640/2025/SEFIN-ASTEC (ID 1852988); Ofício n. 5689/2025/COGES-CCB (ID 1852295); Demonstrativo de Arrecadação da Receita (ID 1852296); e Declaração de Contas Bancárias Conciliadas (ID 1852297).
- b) Revisão analítica da arrecadação das receitas classificadas na Fonte de Recursos do Tesouro;
- c) Cálculo do valor dos repasses duodecimais baseado nas informações apresentadas;
- d) Verificação da Declaração da Diretoria Central de Contabilidade da realização de procedimentos técnicos contábeis sobre a movimentação financeira das contas correntes e sua escrituração contábil, nos dois níveis de controle, pela Contadora Seccional lotada na Gerência de Arrecadação – GEAR/SEFIN-RO, e pela Diretoria Central de Contabilidade, que efetuou a reconciliação central, por meio da Contadoria Central de Conciliação Bancária, correspondendo à

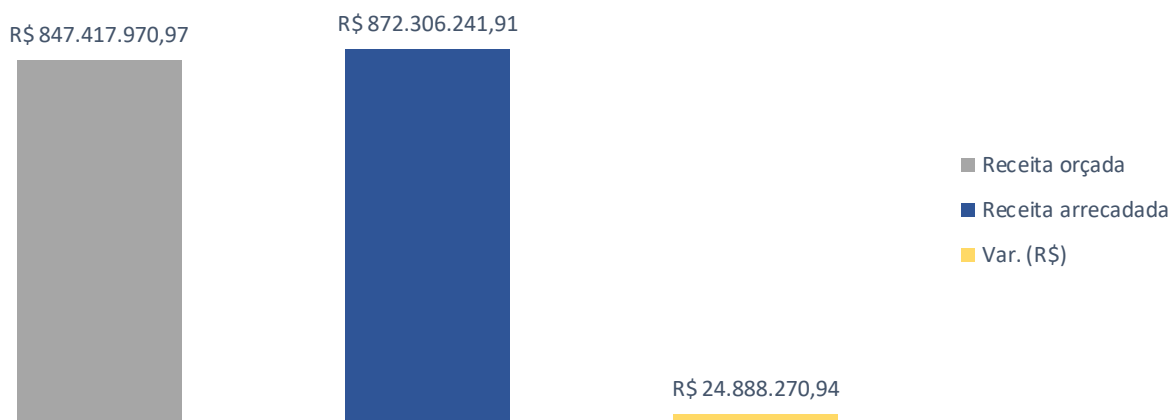
conferência dos saldos contábeis dos estoques de disponibilidades financeiras em confronto com os saldos demonstrados nos extratos bancários das contas correntes relacionadas, contemplando a correta evidenciação qualitativa e quantitativamente em relatório próprio das possíveis diferenças entre eles.

16. Destaca-se que os dados apresentados foram extraídos do Demonstrativo da Arrecadação da Receita por fonte de Recurso, que compõe a documentação protocolada pela Secretaria de Finanças do Estado acerca da composição do resultado mensal, avaliados por meio de Revisão Analítica do Demonstrativo da Arrecadação de Recursos Ordinários e não vinculados<sup>6</sup>.

### 2.1. Demonstrativo da arrecadação de recursos não vinculados

17. No mês de **outubro/2025**, a **arrecadação** estadual nas fontes de recursos ordinários e outros não vinculados totalizou **R\$ 872.306.241,91**, superando a previsão orçamentária mensal de **R\$ 847.417.970,97**. Essa diferença corresponde a **R\$ 24.888.270,94**, ou +2,94% acima do previsto, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Demonstração gráfica da receita orçada e arrecadada em outubro/2025



Fonte: Dados do Demonstrativo da Arrecadação da Receita, documento PCe n. 07363/25 (ID 1852296).

18. As principais fontes que compõem a receita arrecadada dos recursos ordinários e outros não vinculados estão demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1: Principais receitas de recursos ordinários e não vinculados – Arrecadação de outubro/2025

Descrição	Previsão Inicial LOA 2025 (Sazonalidade = 7,6961% fonte 500 e 10,5630% fonte 501)	Arrecadação outubro/2025	Var. (R\$)	Partic. sobre o total arrecadado
Receita Tributária	468.324.252,26	524.172.699,72	55.848.447,46	60,09%
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00%

<sup>6</sup> O procedimento de revisão analítica consiste na avaliação de informações financeiras por meio da análise de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Também engloba a necessária investigação de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações pertinentes, ou que diferem dos valores esperados de forma significativa.

Descrição	Previsão Inicial LOA 2025 (Sazonalidade=7,6961% fonte 500 e 10,5630% fonte 501)	Arrecadação outubro/2025	Var. (R\$)	Partic. sobre o total arrecadado
Receita Patrimonial	29.079.739,50	18.946.274,57	(10.133.464,93)	2,17%
Transferências Correntes	341.597.042,43	319.350.426,51	(22.246.615,92)	36,61%
Outras Receitas Correntes	8.416.936,77	9.836.841,11	1.419.904,34	1,13%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>847.417.970,97</b>	<b>872.306.241,91</b>	<b>24.888.270,94</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016 (ID 1852296).

19. O resultado positivo em relação à previsão **(+2,94%)** foi impulsionado principalmente pelas **receitas tributárias**, que corresponderam a **60,09%** do total arrecadado. Em contrapartida, as transferências correntes e a receita patrimonial registraram decréscimo em relação à previsão.

20. Conforme demonstrado na Tabela 2, a arrecadação estadual manteve o perfil histórico de concentração em duas fontes principais: o **ICMS**, responsável por **46,98%** do total arrecadado, e o **FPE**, com **36,35%**, que juntas responderam por cerca de **83% da arrecadação do Estado** no mês em referência.

Tabela 2: Desempenho da Arrecadação das Principais Fontes de Recursos Ordinários e não Vinculados

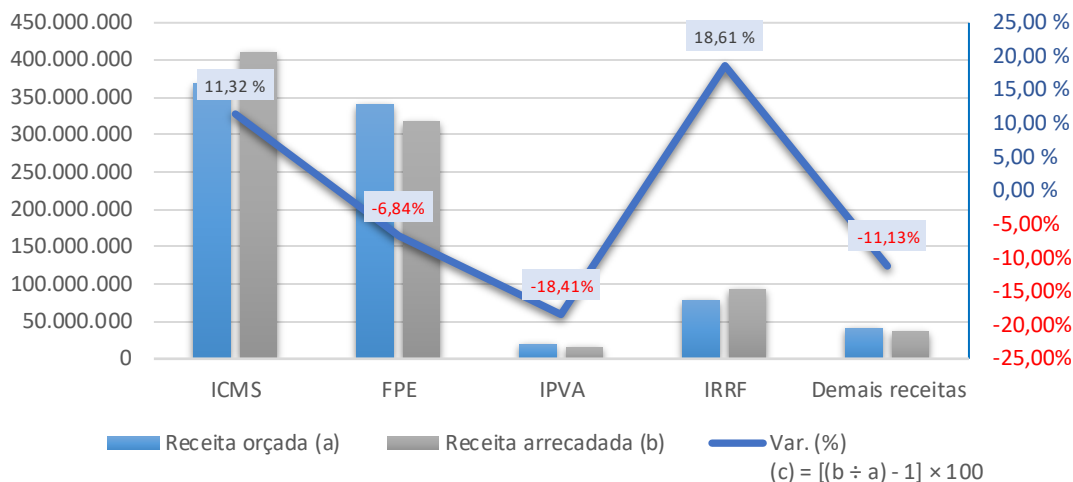
Fontes de Recursos	Receita orçada (a)	Receita arrecadada (b)	Var. (%) (c) = $[(b \div a) - 1] \times 100$	Var. (R\$) (d) = (b)-(a)	Partc. sobre o total das receitas (e)
ICMS	368.139.586,46	409.796.181,58	11,32 %	41.656.595,12	46,98 %
FPE	340.400.281,34	317.111.861,72	-6,84%	(23.288.419,62)	36,35 %
IPVA	19.294.898,85	15.743.187,18	-18,41%	(3.551.711,67)	1,80 %
IRRF	78.610.972,57	93.242.415,68	18,61 %	14.631.443,11	10,69 %
Demais receitas	40.972.231,74	36.412.595,75	-11,13%	(4.559.635,99)	4,17 %
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>847.417.970,97</b>	<b>872.306.241,91</b>	<b>2,94%</b>	<b>24.888.270,94</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016 (ID 1852296).

21. Analisando o desempenho em relação ao orçado, verifica-se que as arrecadações de **ICMS** e **IRRF** superaram a previsão para o mês. Em contrapartida, o **IPVA** apresentou resultado **18,41% abaixo** do esperado, o **FPE** registrou a maior **variação negativa**, ficando **6,84%** aquém do valor projetado. O grupo “demais receitas” também apresentou desempenho inferior ao previsto, com resultado 11,13% abaixo do esperado.

22. A seguir, apresenta-se a visualização gráfica do comparativo entre a receita orçada e a arrecadada, evidenciando as variações observadas nas principais fontes de recursos.

Gráfico 2: Receita Orçada x Receita Arrecadada – Principais Fontes



Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016 (ID 1852296).

23. Em relação ao desempenho da arrecadação, comparando o montante acumulado em relação ao exercício anterior, verifica-se que a **variação nominal** em relação ao período anterior foi de **12,02%**, entretanto a **variação real** foi **7,01%**, considerando o percentual acumulado do IPCA dos últimos 12 meses<sup>7</sup> de 4,68%<sup>8</sup>, conforme se verifica na Tabela 3.

Tabela 3: Variação da receita – comparação entre o valor arrecadado – outubro de 2025 versus outubro de 2024

Mês	Arrecadado 2024 (a)	Arrecadado 2025 (b)	Diferença	% Variação Nominal
				2025/2024
				Mensal
Janeiro	832.463.675,36	889.204.738,10	56.741.062,74	6,82%
Fevereiro	934.154.306,86	999.340.747,69	65.186.440,83	6,98%
Março	717.722.504,17	852.234.101,61	134.511.597,44	18,74%
Abril	809.253.134,06	865.194.408,32	55.941.274,26	6,91%
Maio	861.961.648,08	988.431.594,69	126.469.946,61	14,67%
Junho	933.265.393,80	1.029.427.622,97	96.162.229,17	10,30%
Julho	763.944.209,92	900.796.822,95	136.852.613,03	17,91%
Agosto	885.367.641,86	918.297.460,48	32.929.818,62	3,72%
Setembro	743.102.159,71	877.315.560,65	134.213.400,94	18,06%
Outubro	724.786.398,99	872.306.241,91	147.519.842,92	20,35%
Total	8.206.021.072,81	9.192.549.299,37	986.528.226,56	12,02%
IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE				4,68%
Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)				7,01 %

Fonte: Diveport Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso – Instrução Normativa IN. 48/2016/TCE-RO (ID 1852296) e IBGE.

24. Prosseguindo na análise, verifica-se nos dados demonstrados que a receita tributária relativa ao ICMS é uma das receitas mais representativas do estado de Rondônia. O Gráfico 3 adiante

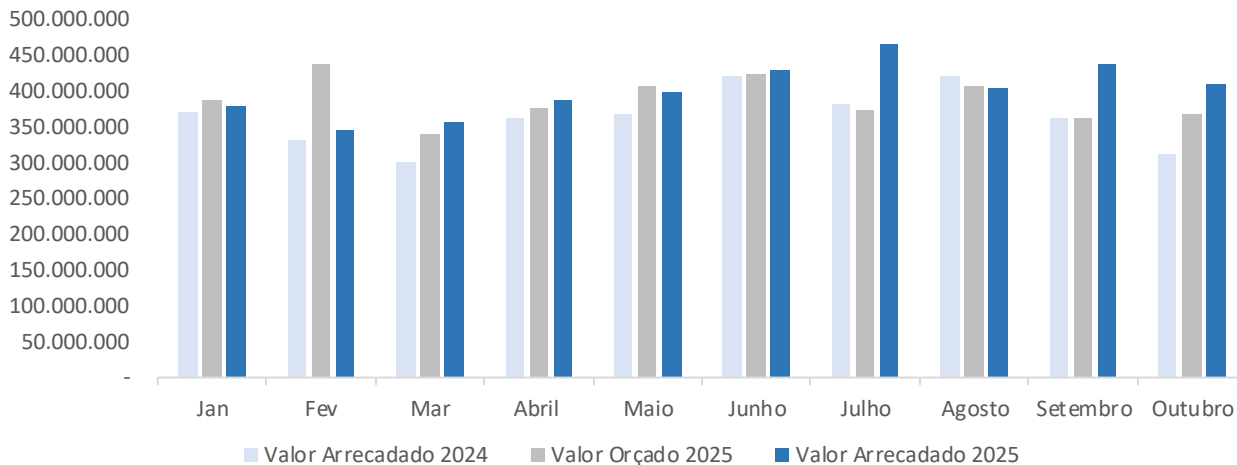
<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em 11/11/2025.

<sup>8</sup> IPCA acumulado de 12 meses (dados de outubro de 2025) – IBGE.



demonstra a variação entre a receita orçada e a arrecadada relativa ao ICMS para os meses de 2025, atualizada até outubro.

Gráfico 3: Comparativo ICMS em relação ao orçado – mês de outubro de 2025



Fonte: Demonstrativo da Arrecadação por Fonte de Recursos - Anexo I, IN 48/2016 (ID 1852296).

25. Comparando a variação receita arrecadada acumulada do ICMS em 2025 em relação ao mesmo período do exercício anterior, verificou-se que houve uma variação positiva, em termos nominais, de 10,56%, quanto ao acumulado no exercício, em termos reais, o percentual foi de 5,61%:

Tabela 4: ICMS - Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2024	Valor Orçado 2025	Valor Arrecadado 2025	Variação % Orçado vs Arrecadado	Variação % 25/24
Jan	370.694.135,46	387.306.896,18	380.595.457,01	-1,73%	2,67 %
Fev	332.956.190,31	437.762.794,07	347.205.780,20	-20,69%	4,28 %
Mar	301.995.361,25	341.175.242,85	357.099.723,01	4,67 %	18,25 %
Abril	364.083.092,39	376.701.973,38	388.243.018,53	3,06 %	6,64 %
Mai	368.034.176,20	408.626.761,26	399.734.522,75	-2,18%	8,61 %
Junho	421.135.947,30	425.813.720,03	429.343.291,12	0,83 %	1,95 %
Julho	381.930.499,83	372.827.373,71	466.420.771,80	25,10 %	22,12 %
Agosto	422.439.649,51	408.784.615,32	405.038.641,66	-0,92%	-4,12%
Setembro	362.673.377,41	362.255.935,11	438.499.441,16	21,05 %	20,91 %
Outubro	312.028.714,28	368.139.586,46	409.796.181,58	11,32 %	31,33 %
<b>Acumulado</b>	<b>3.637.971.143,94</b>	<b>3.889.394.898,38</b>	<b>4.021.976.828,82</b>	<b>3,41 %</b>	<b>10,56 %</b>
<b>IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE</b>					<b>4,68 %</b>
<b>Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)</b>					<b>5,61 %</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO (ID 1852296) e Processos da Receita 2024 e 2025.

26. No que se refere às arrecadações oriundas do FPE, para o acumulado de 2025, verificou-se que houve uma variação real de 6,55%, no comparativo com o mesmo período do exercício anterior:

Tabela 5: FPE – Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2024	Valor Orçado 2025	Valor Arrecadado 2025	Variação % Orçado vs Arrecadado	Variação % 25/24
Jan	359.199.821,37	358.123.334,93	387.697.301,03	8,26 %	7,93 %
Fev	487.114.653,29	404.777.382,66	526.835.102,12	30,15 %	8,15 %
Mar	304.057.474,48	315.467.700,08	345.613.438,19	9,56 %	13,67 %
Abril	318.993.019,79	348.317.429,70	350.316.937,12	0,57 %	9,82 %
Mai	371.281.062,26	377.836.748,92	447.708.171,15	18,49 %	20,58 %
Junho	397.934.801,30	393.728.670,94	463.004.826,27	17,59 %	16,35 %
Julho	258.173.982,64	344.734.843,98	282.418.678,14	-18,08%	9,39 %
Agosto	337.349.444,08	377.982.708,68	374.171.717,48	-1,01%	10,92 %
Setembro	275.693.094,56	334.959.962,92	301.769.332,31	-9,91%	9,46 %
Outubro	294.060.527,53	340.400.281,34	317.111.861,72	-6,84%	7,84 %
<b>Acumulado</b>	<b>3.403.857.881,30</b>	<b>3.596.329.064,14</b>	<b>3.796.647.365,53</b>	<b>5,57 %</b>	<b>11,54 %</b>
<b>IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE</b>					<b>4,68 %</b>
<b>Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)</b>					<b>6,55 %</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO (ID 1852296) e Processos da Receita 2024 e 2025.

27. Em relação ao IPVA em comparação acumulada até outubro com o exercício anterior (2024), foi apresentada variação real de 0,47% em 2025, conforme consta demonstrado na Tabela 6:

Tabela 6 - IPVA - Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2024	Valor Orçado 2025	Valor Arrecadado 2025	Variação % Orçado vs Arrecadado	Variação % 25/24
Jan	31.109.592,30	20.299.494,16	32.588.745,42	60,54 %	4,75 %
Fev	20.021.008,96	22.943.984,14	19.031.575,76	-17,05%	-4,94%
Mar	26.255.336,73	17.881.646,10	27.667.352,70	54,72 %	5,38 %
Abril	24.927.984,37	19.743.669,90	26.747.133,72	35,47 %	7,30 %
Mai	27.302.970,03	21.416.909,01	25.887.443,78	20,87 %	-5,18%
Junho	20.924.783,06	22.317.710,35	23.858.077,56	6,90 %	14,02 %
Julho	28.615.061,42	19.540.594,73	30.132.076,12	54,20 %	5,30 %
Agosto	20.022.963,81	21.425.182,44	22.031.628,87	2,83 %	10,03 %
Setembro	15.172.130,52	18.986.525,45	18.319.730,12	-3,51%	20,75 %
Outubro	15.764.841,68	19.294.898,85	15.743.187,18	-18,41%	-0,14%
<b>Acumulado</b>	<b>230.116.672,88</b>	<b>203.850.615,14</b>	<b>242.006.951,23</b>	<b>18,72 %</b>	<b>5,17 %</b>
<b>IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE</b>					<b>4,68 %</b>
<b>Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)</b>					<b>0,47 %</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO (ID 1852296) e Processos da Receita 2024 e 2025.

28. Por fim, o IRRF registrou crescimento nominal de 18,83% e real de 13,52%, comparada com o mesmo período de 2024, conforme Tabela 7 abaixo:

Tabela 7 - IRRF Variação com relação ao mesmo período do ano anterior

Mês	Valor Arrecadado 2024	Valor orçado 2025	Valor Arrecadado 2025	Variação % Orçado vs Arrecadado [[Arrecadado ÷ Orçado] - 1] × 100	Variação % 25/24 [(2025 ÷ 2024) - 1] × 100
Jan	49.651.379,23	82.703.878,94	62.837.559,87	-24,02%	26,56%
Fev	74.207.486,59	93.478.018,30	79.057.456,47	-15,43%	6,54%
Mar	60.808.675,08	72.853.120,51	90.290.867,72	23,94 %	48,48%
Abril	70.333.209,43	80.439.348,52	71.360.019,80	-11,29%	1,46%
Maio	75.860.275,29	87.256.432,90	81.153.663,49	-6,99%	6,98%
Junho	68.846.564,75	90.926.463,49	81.724.544,98	-10,12%	18,71%
Julho	68.504.783,37	79.611.982,87	85.252.988,17	7,09 %	24,45%
Agosto	76.841.500,70	87.290.140,39	84.286.538,53	-3,44%	9,69%
Setembro	61.251.431,18	77.354.602,51	78.855.061,87	1,94 %	28,74%
Outubro	73.703.283,76	78.610.972,57	93.242.415,68	18,61 %	26,51 %
<b>Acumulado</b>	<b>680.008.589,38</b>	<b>830.524.961,00</b>	<b>808.061.116,58</b>	<b>-2,70%</b>	<b>18,83 %</b>
<b>IPCA 12 meses Acumulado conforme consulta ao portal do IBGE</b>					<b>4,68 %</b>
<b>Variação % Real (deflacionada pelo IPCA)</b>					<b>13,52 %</b>

Fonte: Demonstrativo da Arrecadação da Receita por Fonte de Recurso IN. 48/2016/TCE-RO (ID 1852296) e Processos da Receita 2024 e 2025.

## 2.2. Apuração dos Repasses Financeiros aos Poderes e Órgãos autônomos

29. Nesta seção serão indicados os valores dos repasses financeiros constitucionais a serem efetuados pelo Poder Executivo aos demais Poderes e Órgãos Autônomos, em conformidade com os coeficientes de repartição e metodologia de cálculo definida no artigo 7º, §2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n. 5.832, de 16 de julho de 2024).

Tabela 8 - Apuração dos Valores dos Repasses Duodecimais

Poder/Órgão Autônomo	Coeficiente	Duodécimo
	(a)	(b) = (a) x (Base de Cálculo)
Assembleia Legislativa	4,77%	41.609.007,74
Poder Judiciário	11,29%	98.483.374,71
Ministério Público	4,98%	43.440.850,85
Tribunal de Contas	2,54%	22.156.578,54
Defensoria Pública	1,47%	12.822.901,76
Poder Executivo	74,95%	653.793.528,31
<b>Soma</b>	<b>-</b>	<b>872.306.241,91</b>

Fonte: Elaborado pela Unidade Técnica com base nas informações apresentadas pela Contabilidade Geral do Estado - COGES e Secretaria de Estado de Finanças –SEFIN (Documentos PCe n. 07363/25 e n. 03906/25).

## 3 CONCLUSÃO

30. Com o objetivo de apurar o montante dos repasses duodecimais, com base na arrecadação do mês de outubro/2025, a serem efetuados até o dia 20 de novembro de 2025, e, visando obter confiabilidade sobre a informação apresentada pela Contabilidade Geral do Estado,

foram executados procedimentos de asseguaração limitada que buscaram reduzir o risco de distorção a um nível considerado aceitável para o propósito deste trabalho.

31. Com base nos procedimentos aplicados, não foi identificado nenhum fato que leve a crer que a referida demonstração contábil não esteja adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos de recursos relativos à arrecadação de recursos ordinários, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Federal n. 4.320/64 e pela lei orçamentária vigente (LDO e LOA).

32. Dessa forma, foram apurados os valores dos repasses duodecimais a serem efetuados até o dia 20 de novembro de 2025 pelo Poder Executivo aos demais Poderes e Órgãos Autônomos, com base nas informações sobre a arrecadação do mês de outubro apresentadas pela Contabilidade Geral do Estado (COGES).

#### 4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

33. Por todo o exposto, submetemos os presentes autos ao Conselheiro Relator, sugerindo a adoção das seguintes providências:

**4.1 DETERMINAR** ao Poder Executivo, com efeito imediato, com fundamento no art. 7º, §2º da Lei n. 5.832/24, que repasse, aos Poderes e aos Órgãos Autônomos, o duodécimo do mês de outubro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Poder/Órgão Autônomo	Valor a ser repassado (R\$)
Assembleia Legislativa	41.609.007,74
Poder Judiciário	98.483.374,71
Ministério Público	43.440.850,85
Tribunal de Contas	22.156.578,54
Defensoria Pública	12.822.901,76

**4.2 DETERMINAR** à SEFIN que, imediatamente após o cumprimento da decisão, encaminhe a este Tribunal os comprovantes de repasses financeiros efetuados, correspondentes ao mês de outubro/2025, para fins de verificação do cumprimento da determinação.

Porto Velho-RO, 11 de novembro de 2025.

(Assinado eletronicamente)

**Vanessa Pires Valente**

Auditor de Controle Externo - Matrícula n. 559

Supervisão:

(Assinado eletronicamente)

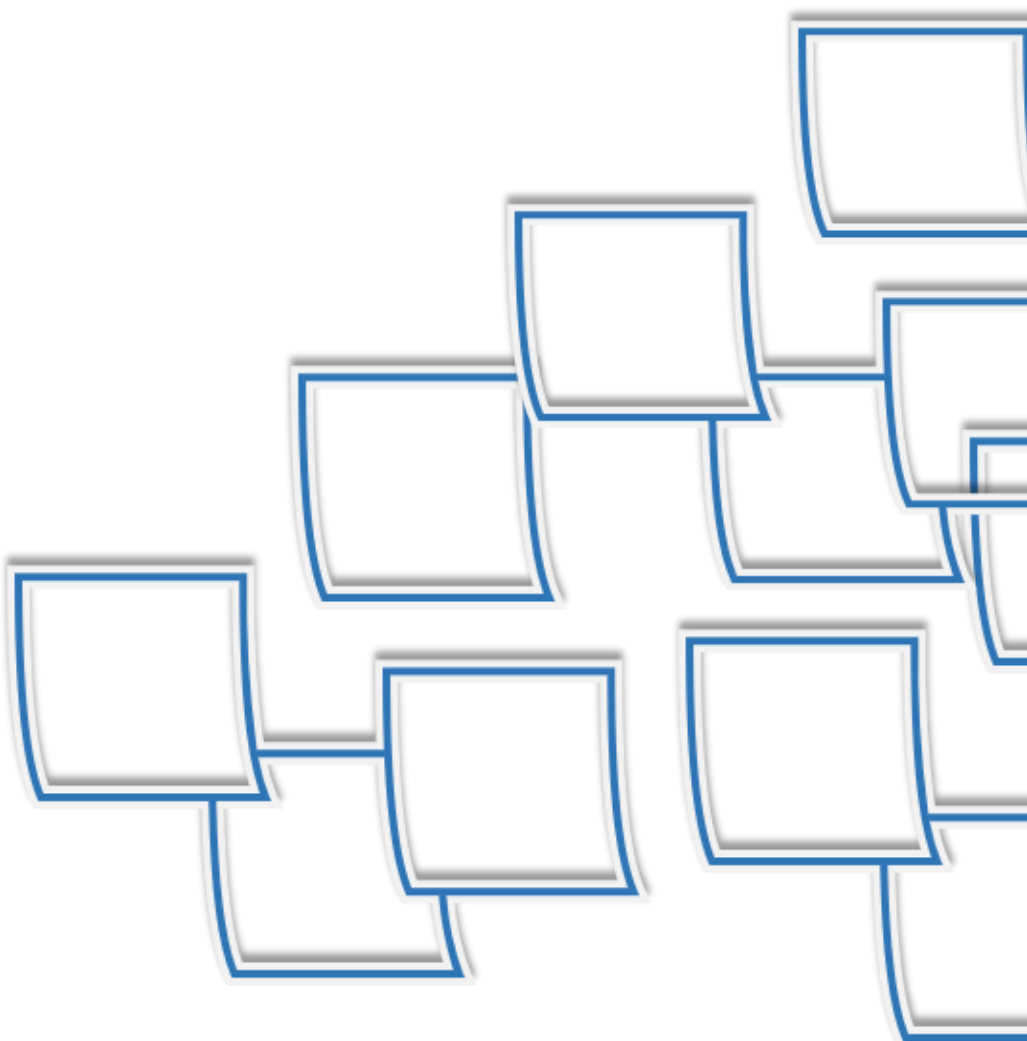
**Gislene Rodrigues Menezes**

Auditor de Controle Externo - Matrícula n. 486

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA



**Coordenadoria Especializada em Finanças do Estado**  
Av. Presidente Dutra, nº 4229, Anexo III, Bairro Olaria  
Porto Velho - Rondônia - CEP: 76801-327  
[www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)



Em, 12 de Novembro de 2025



VANESSA PIRES VALENTE  
Mat. 559  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Em, 12 de Novembro de 2025



GISLENE RODRIGUES MENEZES  
Mat. 486  
COORDENADOR